

## CAPÍTULO 8

### Considerações finais: da integração para fora à desintegração para dentro

Em 31 de dezembro de 2018, o portal de notícias da BBC Brasil publicou uma matéria intitulada “Governo Bolsonaro: o Brasil que novo presidente vai herdar em 10 gráficos”. Trata-se de uma radiografia do país a partir de indicadores como educação, saúde, crescimento do PIB, contas do setor público, desemprego, segurança pública e corrupção<sup>69</sup>. De acordo com dez gráficos apresentados pela matéria, apesar de voltar a crescer – em 2018, a previsão foi de 1,4% –, e apontava para uma melhora ainda maior em 2019 – que poderia chegar a 2,5%, de acordo com o FMI –, o país continuaria entre os piores índices da América Latina (atrás de Argentina e Venezuela), pressionado pelo “risco das contas públicas”. A dívida pública brasileira foi de 62,2% do PIB em 2012 para 87,3% em 2018, podendo chegar a 96,3% em 2023, caso não volte a ter superávit – que significa, segundo a matéria, “economia para pagar os juros da dívida”. Também em

---

69 BARRUCHO, Luis; PASSARINHO, Nathalia; IDOETA, Paula Adamo. Governo Bolsonaro: o Brasil que novo presidente vai herdar em 10 gráficos. **Portal BBC Brasil**. 31/12/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45761506>. Acesso em: 13 jan. 2018.

2018, o país registrou a segunda maior taxa de desemprego da América Latina (ficando atrás somente do Haiti), com 65,5 milhões de trabalhadores desocupados ou que já desistiram de procurar emprego, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com base em informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse havia sido o mais alto índice de desemprego desde 2012, com cerca de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza (renda inferior a R\$ 387,00), assolando, sobretudo, estados das regiões Norte e Nordeste, como Acre, Bahia e Sergipe.

Quanto ao desempenho da educação, segundo dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2015, o Brasil ocupava a 63ª posição em ciências, 59ª em leitura e 66ª em matemática, entre os 70 países avaliados: 8 em cada 10 alunos terminam o ensino fundamental sem o aprendizado ideal para esse ciclo educacional. Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de setembro de 2018 mostraram que nenhum estado atingiu as metas previstas para o ensino médio, com retrocessos no Amazonas, Roraima, Amapá, Bahia e Rio de Janeiro. Na área da saúde, de 2010 a 2018, o país fechou 34 mil leitos de internação da rede pública e, em 2018, somente 3,6% do PIB foi destinado para a área. Doenças consideradas erradicadas no país, como sarampo, poliomielite e rubéola, voltaram a preocupar e os dados sobre vacinação infantil mostraram, em agosto de 2018, que crianças até dois anos tiveram uma cobertura vacinal entre 50% e 70%, quando o ideal é, no mínimo, 90%; igualmente, voltou a subir a mortalidade materna e a infantil, que haviam alcançado importante queda entre 1990 e 2015.

Por fim, no plano da segurança pública, “nunca se matou tanto no Brasil”, diz o portal: foram 63.880 homicídios no ano de 2017, de acordo com o Fórum de Segurança Pública, o que coloca o Brasil entre os países mais violentos do mundo, com média de mais de 30 homicídios para cada 100 mil habitantes (175 mortos por dia). Destaca-se a violência contra

a mulher, tanto os casos de estupro (em 2017 foram 60.018, registrando aumento de 8,4% com relação ao ano anterior) quanto de violência doméstica (221.238, em 2017); e o sistema prisional, que possui uma população de 729.463 detentos (sendo 37% presos em situação provisória) contra as 367.217 vagas oficialmente existentes.

A despeito desta fotografia do Brasil daquele ano, os especialistas ouvidos pela reportagem não se furtam a dar prescrição de soluções de toda a sorte para todas as “áreas”. No caso da economia, “temos que resolver emergencialmente nosso conflito distributivo”, diz Samuel Pessôa, da Fundação Getúlio Vargas. Mas, por “conflito distributivo”, o professor de economia compreende “um Estado que estruturalmente gasta mais do que arrecada”. Assim, a receita era: “o presidente precisa usar o poder do voto para funcionar como um maestro e reger o Congresso, a quem cabe a responsabilidade de desenhar o ajuste fiscal”, pois “se não resolvermos isso, não sairemos do lugar. Não teremos futuro”<sup>70</sup>.

Certamente, o que jornalistas e comentaristas de economia não esperavam – e nem poderiam! – era a arrasadora explosão da pandemia de covid-19, que levou a economia global a uma retração que só encontra precedentes na quebra da bolsa de 1929 e durante as duas grandes guerras. A estimativa de retração do PIB mundial em 2020 foi de 4,3%, num cenário de aumento estrondoso do desemprego, de precarização estrutural do trabalho e de pobreza extrema, tudo isso por sobre milhões de vítimas fatais provocadas pela nova doença. O Brasil, fortemente afetado pela crise, sofreu um impacto negativo de 4,5% do PIB em 2020, contribuindo de modo significativo para a queda global dos indicadores sociais – dados os altos níveis de desemprego, subemprego e pauperização (WBG,

---

70 Ver BARRUCHO, Luis; PASSARINHO, Nathalia; IDOETA, Paula Adamo. Governo Bolsonaro: o Brasil que novo presidente vai herdar em 10 gráficos. **Portal BBC Brasil**. 31/12/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45761506>. Acesso em: 13 jan. 2018. Vale registrar que a própria estrutura interna da matéria em questão conduz ao argumento acerca do ajuste fiscal.

2021). O ano de 2020 fechou com uma taxa de desemprego de 14,6% da População Economicamente Ativa (PEA). A taxa de informalidade, por seu turno, alcançou 38,7% e o número de desalentados atingiu 5,5 milhões de pessoas<sup>71</sup>.

Nem mesmo após a devassa da “pandemia da crise” – para não falar em décadas de políticas neoliberais –, o receituário sofreu qualquer ajuste: além da “responsabilidade de desenhar o ajuste fiscal”, como reivindicado pelo comentador de temas econômicos na matéria jornalística mencionada; há o câmbio flutuante, a liberdade absoluta para a circulação do capital, a política monetária vinculada à meta inflacionária e a produção de superávit primário. A razão para tanto não é difícil de ser elucidada. Conforme Mészáros (2009), em sua racionalidade parcial e autorreferida, o capital – e suas personificações – não podem admitir as verdadeiras causas de suas contradições, pois isso seria o mesmo que questionar sua *raison d'être*, colocando-se em xeque-mate. Por isso, deve, permanentemente, oferecer respostas circulares. É claro que há também um componente ideológico ou de vitória ideológica do capital na última quadra histórica, que se capilarizou de forma mais poderosa, inclusive nos extratos mais assolados pela crise do capital, parcelas enormes da heterogênea classe trabalhadora – na qual certamente reside um dos múltiplos e complexos determinantes da ascensão de Jair Bolsonaro no Brasil, conquistando o mais alto posto de comando do Estado<sup>72</sup>.

Bolsonaro, já nas duas primeiras semanas de governo, colocou seu programa em prática: (a) reajuste do salário mínimo abaixo da estimativa do orçamento da União (esperava-se um ajuste para R\$ 1.006,00, porém o

---

71 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisanacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 abr. 2021.

72 Busquei uma primeira aproximação ao tema em FIRMIANO, 2020.

valor ficou em R\$ 998,00) – ademais, a contrarreforma da previdência e a retomada dos processos de privatização são, de acordo com o ministro da Economia, prioridades para o governo; (b) extinção do Ministério do Trabalho, dos conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), e reestruturação política do Estado, deixando-o “mais enxuto”, bem como a criação de cargos de articulação política entre executivo e legislativo, por meio da Medida Provisória nº 870/2019, com vigência a partir de 04 de fevereiro de 2019; (c) exoneração de cerca de 320 servidores da Casa Civil e o que o governo chama de “despetização” do Estado – uma verdadeira caça às bruxas, com demissões nos extintos ministérios da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Indústria, Comércio Exterior e do Trabalho; (d) criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que absorveu a Fundação Nacional do Índio (Funai) e, em seu primeiro ato, suspendeu um contrato de R\$ 44,9 milhões da Funai com a Universidade Federal Fluminense para implantação de criptomoeda indígena; (e) profunda reestruturação do Ministério da Educação e projeção do modelo de escola “cívico-militar”; extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e criação da Secretaria de Modalidades Especializadas (Semesp) – voltada a pessoas com deficiência, povos indígenas e quilombolas; (f) transferência da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento (SEAD) e das competências do programa de reforma agrária e demarcação/regularização de terras indígenas e remanescentes dos quilombos para o Ministério da Agricultura, sob a Secretaria Especial para Assuntos Fundiários<sup>73</sup>.

Um breve parêntese para a conjuntura agrária nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. No comando do Mapa está a ruralista Tereza Cristina,

---

73 Cf. Todas as medidas tomadas pelo governo Bolsonaro até agora. **Portal Veja**. Política. 07/01/2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/todas-as-medidas-tomadas-pelo-governo-bolsonaro-ate-agora/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

indicada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – a chamada bancada ruralista –, e à frente da Secretaria Especial para Assuntos Fundiários (SEAF) está Nabhan Garcia, presidente da conhecida União Democrática Ruralista (UDR).

O governo reavivou uma organização política, a UDR, que havia perdido espaço com a emergência do padrão de desenvolvimento dos agronegócios no país (FIRMIANO, 2016). Isso no contexto de ascensão das forças mais conservadoras do campo, ligadas a toda sorte de violência contra o trabalho e o trabalhador e articuladas à chamada “bancada da bala” (sócio menor da indústria armamentista brasileira, cujo *lobby* já garantiu maior liberalidade para a posse, via Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019). Não é à toa que temos assistido a uma intensificação do processo de judicialização/criminalização da luta pela terra e defesa dos territórios já conquistados por trabalhadores e povos, cuja existência está historicamente vinculada à terra. Ao mesmo tempo, a bancada ruralista – que tem total controle sob o Mapa – agilizou pautas caras ao agronegócio, como os agrotóxicos (PL nº 6299/02), o licenciamento ambiental (PL nº 3729/04), a estrangeirização das terras (matéria que não pode ser separada do plano de privatização e liberalização do capital financeiro), o desmonte da parca e funcional agricultura familiar e a irrisória política nacional de reforma agrária, bem como o avanço da monopolização e territorialização do capital em territórios indígenas, quilombolas e da reforma agrária.

O “*There is no alternative*” (TINA), sob as condições atuais da luta de classes no Brasil, assume, assim, um tom mais severo e reacionário, mesmo com consequências importantes para o desenvolvimento econômico-social do país (e suas estruturas ossificadas, como aquelas da questão agrária). Mas não se trata de nenhum desvio brusco da rota do desenvolvimento que o Brasil experimenta desde o fim da ditadura civil-militar de 1964, marcado pela consolidação de seu lugar subordinado e dependente na estrutura global do capital, cujo *modus operandi* é a crise estrutural – e

invariavelmente limitado pela redução da margem de viabilidade produtiva, com todas as contradições que essa nova forma de produção/reprodução impõe. As novas personificações do capital e do comando político da sociedade devem conduzir o país mais rapidamente pelo caminho da servidão, ou, se quisermos, da integração para fora às expensas da desintegração para dentro, estreitando, simultaneamente, as já precárias linhas de exercício da democracia. É aí, no centro desse movimento, que esbarramos na questão agrária, não como externalidade ou extemporaneidade das atuais condições do progresso capitalista, mas como elemento constitutivo de sua dinâmica, que se desenvolve na mesma proporção do desenvolvimento do capital.

Como afirmou Gunder Frank (1966), o subdesenvolvimento não poderia se explicar por ele mesmo, pois é produto histórico de suas relações econômicas, parte essencial da estrutura do capital e daí derivaria o problema. Na qualidade de componente interno da particularidade da economia dependente, a questão agrária não poderia ser resolvida pela modernização capitalista, pois seria ela mesma “modernizada”, no sentido de incorporar as contradições impostas pela crise estrutural do capital. Desse modo, o desenvolvimento capitalista brasileiro teria somente um destino: conduzir ao desenvolvimento das contradições da questão agrária. Florestan Fernandes (2008), por seu turno, argumentou que a modernização da economia agrária não significava fator de mudança social, mas tendia ao aprofundamento da concentração de renda e poder. Teríamos, no entanto, que realizar as “tarefas em atraso” – ou cumprir o legado burguês da civilidade, dos direitos, da soberania. Essa possibilidade, porém, também nunca existiu.

Vale lembrar que nossos autores clássicos, ao elaborarem suas teorias sobre o desenvolvimento brasileiro, deparando-se com a questão agrária, não estavam diante da crise estrutural do capital, de modo que ainda não podiam enxergar as novas características do processo geral de expansão

capitalista que, depois de 1970, esgotaram quaisquer rotas de saída dentro da ordem. Os nexos da dependência descobertos por Gunder Frank e Florestan Fernandes (por diferentes caminhos) permitiram-lhes já àquela época concluir que, para a periferia, nunca houve rota de saída pela via do desenvolvimento capitalista. Mas, evidentemente, o impacto da crise do capital sobre as condições do desenvolvimento econômico-social da periferia e, arrisco dizer, sobre os próprios nexos da dependência, modificou os termos da própria ausência da possibilidade de saída. No passado, a dependência impedia a constituição de um tipo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural mediado pelo plano dos direitos, da cidadania, da soberania nacional, em suma, da integração para dentro. Porém, hoje, a servidão da sociedade nacional ao capital transnacional (ou a confluência nada virtuosa entre as condições da dependência e a redução da margem de viabilidade produtiva do capital social total) converte a impossibilidade histórica de saída em corrosão da pouca musculatura interna da economia, do raquítico Estado de Bem-estar Social e da precária democracia, ao explorar o que outrora poderiam ser chamados de obstáculos ao desenvolvimento e que, no curso da expansão capitalista, tornaram-se as condições para o desenvolvimento capitalista nacional.

Essa fase do desenvolvimento das forças produtivas do conjunto do sistema se expressa como seu ponto máximo de maturação, esbarrando em seus limites absolutos, sem que haja qualquer possibilidade de retroceder (MÉSZÁROS, 2009). Ou seja, podemos dizer que é quando o vício passa a ter permanente preponderância sobre a virtude em sua tensão dialética, sem que isto possa ser admitido pelas personificações do capital. Assim ocorre com a questão agrária brasileira: tornou-se a condição para o desenvolvimento (dependente e servil, é certo), cujas contradições que eliminam as condições elementares da reprodução social assumem a preponderância do movimento dado pelo próprio desenvolvimento, sem deixar de ser sua condição de existência. Uma evidência desse fato é que o país encerrou o ano de 2020 com um encolhimento do PIB de



4,5% – em que pesem os efeitos da pandemia –, mas com os agronegócios comemorando safra recorde: de acordo com o cálculo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Esalq/USP, de janeiro a agosto de 2020, o PIB do agronegócio brasileiro acumulou um crescimento de 8,48%, puxado sobretudo pelo segmento primário, pela safra 2019/2020 recorde de grãos<sup>74</sup>.

O modo como o capital penetrou o campo brasileiro e suas conexões com o processo geral da acumulação capitalista – que no plano da economia se manifestam como produção de superávit, equilíbrio da balança comercial ou das contas externas, entre outras – se tornam condição da forma de integração brasileira para fora, não sem pressionar sua desintegração para dentro, segundo as contradições da concentração fundiária, da intensificação do controle do capital sobre a exploração agrícola, da utilização intensiva de fatores de produção, das formas contemporâneas de biopirataria, da pobreza e da precarização do trabalho, da proliferação da fome e dos conflitos no campo. Trata-se de um círculo vicioso do qual não há saída dentro da ordem do capital. Ou ainda pior: a continuidade da expansão capitalista acaba por corroer suas próprias condições de existência, sem, no entanto, levá-la à derrocada. Nesses termos, a reiteração da barbárie em níveis sempre mais elevados é a tendência preponderante para os próximos anos.

---

74 Ver em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>.